

TEXTO 1

A educação no Brasil: avanços e problemas

Se fizéssemos um passeio pela história da educação, no Brasil, veríamos que muito pouco mudou, desde o início até os dias de hoje. O que ocorreu foi uma sucessão de avanços e tropeços.

Nos primeiros anos do nosso país, a educação era aquela promovida pelos jesuítas, cuja preocupação era a catequese dos índios e o ensino das primeiras letras aos filhos dos colonos. A despreocupação com a escola se devia ao fato de ser o país ainda uma colônia rural, em que se dependia apenas da força braçal. Sendo as atividades eminentemente braçais, saber ler e escrever consistia em um luxo. Pensava-se: para que um trabalhador da roça saber ler e escrever, se seu serviço é lavrar o chão?

Com a chegada da família real, as coisas não mudaram. A educação escolar continuava sendo privilégio de alguns membros das elites, com a diferença de que foram criados alguns cursos que poderiam ser considerados precursores das primeiras faculdades. Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, houve maior preocupação com a escola. Entretanto, de forma mais concreta, somente a partir dos anos 60 do século XX, a partir de movimentos populares, de mobilização sindical, se concretizaram as primeiras experiências de popularização da escola. Mas esse princípio de educação popular foi extinto com a instalação do Governo Militar, a partir de 1964, a partir do qual foram estabelecidos os acordos MEC-Usaid.

Durante o período militar, nasceu a LDB 5.692/71 que, por muitos anos, norteou o ensino de primeiro e segundo graus, no país. Essa lei pode ser considerada, ao mesmo tempo, um avanço e um tropeço. Avanço porque normatizou o sistema escolar nacional, que até esse momento não estava completamente organizado. Tropeço porque a escola nacional se tornou dependente dos interesses norte-americanos, em razão dos acordos MEC-Usaid.

Com o processo de abertura e redemocratização, a partir de meados da década de 1980, o sistema escolar se reorganizou e, em 1996, foi publicada uma nova LDB, a qual rege o sistema escolar brasileiro, na atualidade. Podemos dizer que o grande avanço do sistema escolar brasileiro e da legislação educacional foi a obrigatoriedade da gratuidade do ensino fundamental e médio a ser oferecido pelos estados e municípios. A oferta e o compromisso com a escolarização passou a ser não só uma obrigação dos pais, por ser direito da criança e do jovem, como um dever do Estado. Entretanto, isso ainda não se tornou uma realidade para todos os estudantes, pois nem todos têm condições de acesso à escola, e nem todos os que têm acesso permanecem nela.

Mas, ao longo da nossa história, talvez o grande problema da educação nacional seja o da desvalorização do profissional da educação, desvalorização que se manifesta nos baixos salários e na dificuldade de acesso à escolarização de nível superior. Vemos, então, que o que a nossa história nos ensina é que, embora nosso quadro escolar já tenha sido pior, ainda temos muito a melhorar, se queremos, um dia, nos equiparar com os países desenvolvidos.

CARNEIRO, Neri de Paula. Texto disponível em: <http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>. Acesso em 01/12/2009. Adaptado.

QUESTÃO 01

Com o Texto 1, seu autor pretende, primordialmente:

- A) comentar sobre acontecimentos do cotidiano, com apoio em depoimentos.
- B) defender um certo ponto de vista, tendo por base alguns dados históricos.
- C) narrar fatos do passado, tendo como referência testemunhos diversos.
- D) criticar decisões tomadas no presente, que se justificam por fatos passados.
- E) explicar uma situação do presente, a partir de certos dados estatísticos.

QUESTÃO 02

Acerca das informações do Texto 1, analise as proposições abaixo.

1. A catequese pode ser avaliada como a primeira justificativa para a educação formal, e a religião foi a base do ensino da leitura e da escrita, a toda a população da Colônia.
2. A chegada da família real provocou profundas mudanças no cotidiano da Colônia, as quais se refletiram na expansão do sistema escolar, que deixou de restringir-se às elites.
3. A ditadura militar, instaurada no país a partir de 1964, frustrou as conquistas que vinham sendo alcançadas pelos movimentos populares e de mobilização sindical, na área da educação.
4. Embora a partir da nova LDB o ensino fundamental e o médio tenham passado a ser oferecidos gratuitamente por estados e municípios, ainda há estudantes com dificuldades de acesso à escola.

Estão em consonância com o texto as informações das proposições:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 3 e 4, apenas.
- D) 1 e 3, apenas.
- E) 2 e 4, apenas.

QUESTÃO 03

No que se refere ao posicionamento do autor perante as informações que apresenta no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- A) Ele defende que a história da educação, no Brasil, desde o tempo da colonização até os dias de hoje, revela progressos contínuos e significativos.
- B) Ele encontra na ânsia pela catequese, que justificava a forte presença dos jesuítas na colônia, a total falta de preocupação com a escola, na época.
- C) Ele enaltece o fato de ter ocorrido a Primeira Guerra Mundial, pois esta foi positiva para a educação no Brasil, já que gerou maior preocupação com a escola.
- D) Ele considera a nova LDB como um enorme avanço para a educação no Brasil, pois, dentre outras conquistas, solucionou o problema da evasão escolar.
- E) Ele reconhece que, em se tratando de educação, o presente é melhor do que o passado, mas afirma que ainda há muito a ser conquistado nessa área.

QUESTÃO 04

Quanto ao significado de alguns termos e expressões utilizados no Texto 1, assinale a alternativa correta.

- A) No contexto em que está inserido, o trecho: “*uma sucessão de avanços e tropeços*” significa “uma seleção de vitórias e derrotas”.
- B) O segmento “*atividades eminentemente braçais*” é sinônimo de “atividades costumeiramente rurais”.
- C) Referir-se a “[*curso*] *precursores das primeiras faculdades*” é referir-se a “[*curso*] que se assemelham às primeiras faculdades”.
- D) Afirmar que “*a LDB 5.692/71, por muitos anos, norteou o ensino...*” equivale a afirmar que “*a LDB 5.692/71, ao longo de vários anos, orientou o ensino...*”.
- E) O trecho: “*se queremos, um dia, nos equiparar com os países desenvolvidos*” é semanticamente equivalente a “*se desejamos, um dia, cooperar com os países do primeiro mundo*”.

QUESTÃO 05

Acerca de algumas relações semânticas presentes no Texto 1, analise as proposições a seguir.

1. No trecho: “*Se fizéssemos um passeio pela história da educação, no Brasil, veríamos que muito pouco mudou*”, evidencia-se uma relação de condição.
2. No trecho: “*Sendo as atividades eminentemente braçais, saber ler e escrever consistia em um luxo.*”, percebe-se uma relação de causa.
3. No trecho: “*Com o processo de abertura e redemocratização, a partir de meados da década de 1980, o sistema escolar se reorganizou*”, o segmento destacado expressa uma causa.
4. No trecho: “*Vemos, então, que o que a nossa história nos ensina é que, embora nosso quadro escolar já tenha sido pior, ainda temos muito a melhorar*”, o segmento destacado estabelece com o seguinte uma relação de concessão.

Estão corretas as afirmações:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 1, 2 e 3, apenas.

QUESTÃO 06

Somente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada dos imigrantes e o início da industrialização, houve maior preocupação com a escola. Entretanto, de forma mais concreta, somente a partir dos anos 60 do século XX, a partir de movimentos populares, de mobilização sindical, se concretizaram as primeiras experiências de popularização da escola.

Sobre o termo destacado no trecho acima, é correto afirmar que ele:

- A) indica que será introduzido um segmento explicativo; do ponto de vista semântico, equivale a 'todavia'.
- B) expressa dúvida, incerteza, em relação ao conteúdo que está sendo dito; equivale a 'conquanto'.
- C) sinaliza uma mudança na orientação argumentativa do texto; poderia ser substituído por 'contudo'.
- D) cumpre a função de relacionar dois segmentos cujos conteúdos se opõem; tem o mesmo valor de 'portanto'.
- E) delimita temporalmente um dado segmento do texto; seu valor semântico é o mesmo de 'contanto'.

QUESTÃO 07

Observe como o autor do Texto 1 obedeceu às normas da regência verbal no trecho: “em 1996, foi publicada uma nova LDB, a qual rege o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”. Também observamos obediência às normas de regência na alternativa:

- A) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, à qual está sujeito o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- B) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, na qual depende o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- C) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, da qual se apoia o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- D) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, cuja qual regula o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”
- E) “em 1996, foi publicada uma nova LDB, pela qual está enquadrado o sistema escolar brasileiro, na atualidade.”

QUESTÃO 08

Para compreendermos o sentido da expressão “força braçal”, devemos relacionar o termo destacado ao substantivo ‘braço’. Assim, também:

- A) o termo ‘cervical’ está relacionado a ‘costas’, como em: “região cervical”.
- B) o termo ‘glacial’ está relacionado a ‘gelo’, como em: “era glacial”.
- C) o termo ‘armorial’ está relacionado a ‘amor’, como em: “movimento armorial”.
- D) o termo ‘marcial’ está relacionado a ‘mar’, como em: “lei marcial”.
- E) o termo ‘sazonal’ está relacionado a ‘saúde’, como em: “chuva sazonal”.

QUESTÃO 09

Tendo em mente as normas da concordância verbal, analise os enunciados abaixo.

1. Sabe-se que, no Brasil, não falta leis que regulamentem a educação e, sim, mais investimento nessa área.
2. Alguns educadores acham que deveria haver cotas nas universidades para profissionais de educação.
3. Apesar dos avanços alcançados, ainda se percebe muitos problemas na educação brasileira.
4. Existe certos fatos, na história do Brasil, que explicam nossa realidade na área da Educação.

Está(ão) correto(s):

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 3 e 4, apenas.
- E) 2, apenas.

TEXTO 2

Palavrões

Quando um palavrão aparece fora de lugar ou sai de boca de quem não se esperaria, a reação é um pouco escandalizada. No Brasil, menos do que em outros países. [...]

Lendo qualquer texto que trate de tabus linguísticos, descobrem-se dois aspectos aparentemente contraditórios de sua vida numa comunidade linguística. Primeiro: são controlados (e não propriamente proibidos), de forma que nem todos os falantes os empregam, ou os empregam impunemente. Segundo: são valorizados, o que significa que os que proferem palavras proibidas são considerados de certa forma heroicos, corajosos, por terem a coragem de violar certas regras (ou de desafiar forças ocultas).

Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões. O Pasquim foi francamente inovador, especialmente em suas entrevistas, quando eles abundavam. O jornal vinha cheio de asteriscos. É a vantagem da escrita. Ninguém pode ficar desenhando asteriscos no ar quando fala.

Mas nem só de palavrão vive o tabu. Outras palavras são consideradas perigosas, e são evitadas de alguma forma: muita gente não diz nomes de doenças, por exemplo, ou não tem coragem de dizer "morrer" (diz "faltar") nem "diabo" (no máximo, diz "diacho", o que permite expressar uma carga emotiva e, ao, mesmo tempo, evitar que o Cujo apareça ou aja). Quem leu *Grande Sertão: Veredas* sabe o quanto Riobaldo evitava dizer o nome dele. De quebra, aprendeu um bom número de nomes alternativos.

Em suma: dizer palavrões é violar regras sociais. Sabemos mais ou menos como elas funcionam. Como sempre, a certeza aumenta quando uma regra é violada. [...]

Sírio Possenti. Texto disponível em:
<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4161671-EI8425,00-Palavroes.html>.
Acesso em 18/12/2009. Adaptado.

QUESTÃO 10

O Texto 2 nos revela que seu autor percebe o palavrão como:

- A) um motivo de escândalo.
- B) algo contraditório.
- C) uma regra social.
- D) um tabu linguístico.
- E) algo a ser controlado.

QUESTÃO 11

Uma informação que está implícita no Texto 2, acerca dos palavrões, é que:

- A) eles podem ter diferentes representações, na escrita e na fala.
- B) numa comunidade linguística, eles são absolutamente proibidos.
- C) apesar de serem uma violação às regras sociais, são usados por todos.
- D) nas sociedades modernas, há irrestrita valorização em seu uso.
- E) *Grande Sertão: Veredas* exemplifica seu amplo uso na literatura.

QUESTÃO 12

Podemos evidenciar uma relação de causa e consequência no seguinte trecho do Texto 2:

- A) “Lendo qualquer texto que trate de tabus linguísticos, descobrem-se dois aspectos aparentemente contraditórios de sua vida numa comunidade linguística”.
- B) “O Pasquim foi francamente inovador, especialmente em suas entrevistas, quando eles abundavam”.
- C) “Outras palavras são consideradas perigosas, e são evitadas de alguma forma”.
- D) “Quando um palavrão aparece fora de lugar, a reação é um pouco escandalizada”.
- E) “Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões. O Pasquim foi francamente inovador”.

QUESTÃO 13

É possível reconhecer uma relação de intertextualidade no seguinte trecho do Texto 2:

- A) “No Brasil, menos do que em outros países.”
- B) “Há episódios históricos interessantes em relação aos palavrões.”
- C) “O jornal vinha cheio de asteriscos.”
- D) “Como sempre, a certeza aumenta quando uma regra é violada.”
- E) “Mas nem só de palavrão vive o tabu.”

QUESTÃO 14

Observe a grafia do termo destacado no trecho: “*Segundo: são valorizados*”. Está grafada segundo as normas ortográficas vigentes a palavra destacada na alternativa:

- A) Todos ficaram completamente paralizados ao ouvirem tantos palavrões.
- B) A questão dos palavrões precisa ser analizada em seus contextos de uso.
- C) Não cabe defender que o uso de palavrões seja legalizado, já que nem é proibido.
- D) A multidão começou a gritar palavrões quando viu que a prova não seria realizada.
- E) O discurso foi finalizado assim que o orador começou a dizer palavrões.

QUESTÃO 15

Segundo as normas vigentes, a palavra ‘*tabu*’ não deve receber acento gráfico. Da mesma maneira, não deve ser acentuada a palavra:

- A) bau.
- B) saude.
- C) orgão.
- D) rubrica.
- E) convem.

RASCUNHO

RASCUNHO

QUESTÃO 16

É correto afirmar que o controle interno sob o enfoque contábil, em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- A) Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade; auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- B) Contribuir para a promoção da eficiência e eficácia operacional da entidade; salvar os ativos e passivos, assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais; propiciar a obtenção de informação oportuna, adequada e fidedigna; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- C) Assegurar a veracidade dos componentes contábeis; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; contribuir para a promoção da eficiência social; auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- D) Contribuir para a promoção da eficácia social da entidade; salvar os ativos, assegurar o resultado dos componentes patrimoniais; propiciar a obtenção de informação oportuna, e adequada; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.
- E) Contribuir para a promoção da eficácia social da entidade; salvar os ativos, assegurar o resultado dos componentes patrimoniais; propiciar a obtenção de informação oportuna, e adequada; estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas; dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente; auxiliar na prevenção, controle e punição de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

QUESTÃO 17

Quanto à classificação do controle interno, definida pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, é correto afirmar que suas categorias são:

- A) Operacional; contábil; e legislativo.
- B) Operacional; contábil; e normativo.
- C) Gerencial; contábil; e preventivo.
- D) Governamental; contábil; e legislativo.
- E) Governamental; contábil; e normativo.

QUESTÃO 18

Quanto ao controle interno, em conformidade com a Lei 4.320/64, analise cada uma das afirmativas abaixo e indique V(Verdadeiro) ou F(Falso)

- () Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.
- () Não poderá haver a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- () O Poder Executivo exercerá o controle da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento do programa de trabalho apenas nos casos determinados pelo órgão competente pelo controle externo.
- () O Poder Executivo exercerá o controle da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, a fidelidade funcional dos agentes da administração e o cumprimento do programa de trabalho sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) V, V, V, F
- B) V, F, V, F
- C) F, V, V, F
- D) F, F, F, V
- E) V, F, F, V

QUESTÃO 19

O controle da execução orçamentária, conforme o art. 75 da Lei 4.320/64, compreende:

- A) a normalidade dos atos de que resultem a realização da receita ou a fixação da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração; e o cumprimento do programa de trabalho expresso apenas em termos monetários.
- B) a integridade dos atos de que resultem a realização da receita ou a fixação da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração; e o cumprimento do programa de trabalho expresso apenas em termos monetários.
- C) a legalidade dos atos de que resultem a realização da receita ou a fixação da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração; a eficiência e eficácia dos recursos; e o cumprimento do programa de trabalho expresso apenas em termos monetários.
- D) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos; o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- E) a veracidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; a fidelidade funcional dos recursos da administração pública, os responsáveis por bens e valores públicos; o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços

RASCUNHO

QUESTÃO 20

Quanto ao controle externo, segundo a Lei 4.320/64, analise cada uma das afirmativas abaixo e indique V(Verdadeiro) ou F(Falso)

- () O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar o monitoramento da administração e o uso adequado do dinheiro público.
- () O poder legislativo recebe as contas do Poder Executivo mensalmente conforme estabelecido na Constituição Federal.
- () Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
- () A proibição da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento é objetivo do controle da execução orçamentária.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) V, F, V, V
- B) F, F, V, V
- C) V, V, F, F
- D) F, V, F, F
- E) V, V, V, F

RASCUNHO

QUESTÃO 21

Analise cada uma das afirmativas abaixo e indique V(Verdadeiro) ou F(Falso). No que se refere ao controle externo, de acordo com o art. 71 da Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União:

- () Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- () Appreciar, para fins de registro e punição, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- () Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades.
- () Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- () Solicitar ao judiciário a aplicação aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei devido ao dano causado ao erário.

A sequência **correta** de cima para baixo é:

- A) V, V, F, F, V
- B) F, V, V, F, F
- C) V, F, V, V, F
- D) V, V, F, F, V
- E) F, V, F, F, V

QUESTÃO 22

Quanto ao exercício da fiscalização dos municípios, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- A) Pelo poder legislativo mediante auxílio do judiciário e pelos sistemas de controle interno do próprio poder executivo, na forma da lei.
- B) Pelo poder legislativo mediante controle interno.
- C) Pelo poder judiciário mediante controle externo.
- D) Pelos sistemas de controle interno do poder legislativo.
- E) Pelo poder legislativo mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do próprio poder executivo, na forma da lei.

QUESTÃO 23

Em relação à prestação de contas dos municípios, é **correto** afirmar que ficarão disponíveis

- A) anualmente, por um período de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a eficácia, nos termos da lei.
- B) semestralmente, por um período de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- C) anualmente, por um período de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- D) anualmente, por um período de trinta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- E) anualmente, por um período de sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para apreciação e aprovação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

QUESTÃO 24

Emitirá parecer prévio conclusivo sobre as contas do executivo no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal:

- A) O Tribunal de Contas.
- B) O presidente do Legislativo.
- C) A comissão de controle interno do executivo.
- D) O chefe do Executivo.
- E) O controlador de contas públicas.

QUESTÃO 25

O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo:

1. O controle da execução das ações que integram os programas.
2. A observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.
3. O exercício financeiro e as variações sofridas pelo patrimônio.
4. A preservação do patrimônio público.
5. A escrituração analítica das operações financeiras e patrimoniais na forma da lei.

Estão **corretas** apenas

- A) 1, 2 e 5.
- B) 3, 4 e 5.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 2, 4 e 5.
- E) 1, 2 e 3.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas **evidencia**:

- A) a estimativa da receita, tendo por base as demonstrações a que se refere a arrecadação, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.
- B) o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.
- C) todas as operações de que resultem em débitos e créditos de natureza financeira, compreendidas na execução orçamentária, de acordo com as especificações constantes da lei no que tange o cumprimento do princípio da legalidade e da eficiência.
- D) a atividade financeira da administração pública, constando os atos que visam a obtenção de recursos que propiciam a realização de suas atividades essenciais, bem como a gestão, dispêndio e controle de tais recursos.
- E) as alterações financeiras, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como as variações independentes da execução que se transferem para o exercício seguinte.

QUESTÃO 27

O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com ênfase no que se refere:

1. ao atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
2. aos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
3. à destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal.
4. ao cumprimento do limite de gastos parciais dos legislativos municipais, quando houver.

Estão **corretas** apenas:

- A) 1 e 4.
- B) 2, 3 e 4.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 1, 2 e 3.
- E) 3 e 4.

QUESTÃO 28

Em relação ao controle, julgue cada uma das afirmativas abaixo como verdadeira(V) ou falsa(F).

- () O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- () Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado é uma das finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- () Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional não faz parte das finalidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- () O Poder Legislativo emitirá parecer conclusivo sobre as contas da gestão pública no prazo de sessenta dias do recebimento.

A sequência **correta** de cima para baixo é:

- A) V, V, V, V
- B) V, V, V, F
- C) V, V, F, F
- D) V, F, F, F
- E) F, F, F, F

QUESTÃO 29

Para os fins a que se refere a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à despesa de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer

- A) da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado e quanto à receita o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- B) do empenho da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado e quanto à receita o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- C) da liquidação da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado e quanto à receita a previsão e a arrecadação de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- D) do empenho da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado e quanto à receita o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- E) do planejamento da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado e quanto à receita o lançamento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

QUESTÃO 30

Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos responsáveis na forma da lei o Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- A) Chefe do Poder Executivo; Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo; Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- B) Chefe do Poder Legislativo; demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo; Presidente do Executivo e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- C) Chefe do Poder Judiciário; Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo; Presidente dos membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.
- D) Chefe do Poder Legislativo; Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo; Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário.
- E) Chefe da Casa Civil; Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo; Presidente de Comissão e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário; Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Sobre a integração do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, julgue verdadeira(V) ou falsa(F) cada uma das afirmativas abaixo:

- () A Controladoria Geral da União como um Órgão Central, incumbido da orientação normativa e da supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema.
- () As Secretarias de Controle Interno da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, como órgãos decisórios.
- () As unidades de controle interno dos comandos militares, como unidades decisórias da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) F, V, V
- B) V, V, V
- C) F, F, V
- D) F, F, F
- E) V, F, F

QUESTÃO 32

A Comissão de Coordenação de Controle Interno é um órgão colegiado de função consultiva do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sendo presidida e composta por:

- A) Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que a presidirá; Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União; Secretário Federal de Controle Interno; Chefe da Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União; Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno; por um Secretário de órgão setorial de Controle Interno do Poder Executivo Federal; por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério; e por dois titulares de unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta.
- B) Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno, que a presidirá, Ministro de Estado do Controle e da Transparência; Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União; Secretário Federal de Controle Interno; Chefe da Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União; por um Secretário de órgão setorial de Controle Interno do Poder Executivo Federal; por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério; e por dois titulares de unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta.
- C) Chefe da Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União, que a presidirá; Ministro de Estado do Controle e da Transparência; Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União; Secretário Federal de Controle Interno; Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno; por um Secretário de órgão setorial de Controle Interno do Poder Executivo Federal; por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério; e por dois titulares de unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta.
- D) Secretário Federal de Controle Interno, que a presidirá; Ministro de Estado do Controle e da Transparência; Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União; Chefe da Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União; Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno; por um Secretário de órgão setorial de Controle Interno do Poder Executivo Federal; por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério; e por dois titulares de unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta.
- E) Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União, que a presidirá; Ministro de Estado do Controle e da Transparência; Secretário Federal de Controle Interno; Chefe da Assessoria Jurídica da Controladoria-Geral da União; Coordenador-Geral de Normas e Orientação para o Sistema de Controle Interno; por um Secretário de órgão setorial de Controle Interno do Poder Executivo Federal; por um Assessor Especial de Controle Interno em Ministério; e por dois titulares de unidades de auditoria interna da administração pública federal indireta.

QUESTÃO 33

A Controladoria-Geral da União conta com o apoio dos Assessores Especiais de Controle Interno nos Ministérios, incumbidos de:

1. assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de competência do controle interno.
2. orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.
3. submeter a avaliação os resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
4. auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República.
5. acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União.
6. coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades dos ministérios.

Estão corretas

- A) 1, 2, 5 e 6, apenas.
- B) 2, 3, 4 e 5, apenas.
- C) 1, 2, 4, 5 e 6, apenas.
- D) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- E) 1, 2, 3 e 4, apenas.

QUESTÃO 34

Sobre o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, analise cada uma das afirmativas abaixo e indique V(Verdadeiro) ou F(Falso)

- () Compete às Secretarias de Controle Interno apoiar a supervisão ministerial e o Controle Externo nos assuntos de sua missão institucional.
- () Compete à Secretaria Federal de Controle Interno coordenar as atividades que exijam ações integradas dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com vistas à efetividade das competências que lhe são comuns.
- () Compete à Comissão de Coordenação de Controle Interno efetuar estudos e propor medidas visando promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) F, F, F
- B) V, V, V
- C) F, F, V
- D) V, V, F
- E) F, V, F

QUESTÃO 35

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades:

1. Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
2. Apresentar ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, seu plano de trabalho do exercício seguinte.
3. Vincular-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.
4. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
5. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
6. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Estão corretas apenas:

- A) 3, 4, 5 e 6.
- B) 2, 3, 5 e 6.
- C) 1, 2, 4 e 5.
- D) 1, 3, 4 e 6.
- E) 1, 4, 5 e 6.

QUESTÃO 36

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades:

- A) A auditoria e a fiscalização.
- B) O apoio ao controle externo e a fiscalização.
- C) O resultado das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
- D) A avaliação da execução dos programas de governo.
- E) O planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.

QUESTÃO 37

O poder Executivo aprova um quadro de cotas trimestrais da despesa a que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar para atender aos seguintes objetivos:

- A) Planejar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de previsão necessária e suficiente para a melhor execução do seu programa anual de trabalho e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.
- B) Executar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de provisões necessárias e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.
- C) Fiscalizar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho e manter, durante o exercício, na medida do possível o superávit entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.
- D) Assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho e manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.
- E) Autorizar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho e manter, durante o exercício, na medida do possível o superávit entre a receita prevista e a despesa fixada, de modo a reduzir ao máximo eventuais déficits na tesouraria.

QUESTÃO 38

Analise cada uma das afirmativas abaixo, em conformidade com a Lei 4.320/64:

- 1. As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômico-financeira, o programa anual de trabalho do Governo e, quando fixado, o limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.
- 2. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária.
- 3. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações da receita arrecadada serão remetidas trimestralmente.
- 4. As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

Estão **corretas**

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2 e 3, apenas.

QUESTÃO 39

Sobre as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal, analise as afirmativas abaixo:

- 1. A unidade de auditoria interna apresentará ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, seu plano de trabalho do exercício seguinte.
- 2. A auditoria interna não está vinculada ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.
- 3. A unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao chefe do Executivo, vedada a delegação a outra autoridade.
- 4. A Secretaria Federal de Controle Interno poderá utilizar os serviços das unidades de auditoria interna dos serviços sociais autônomos, que atenderem aos padrões e requisitos técnicos e operacionais necessários à consecução dos objetivos do Sistema de Controle Interno.
- 5. A auditoria interna examinará e emitirá parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais.

Estão **corretas** apenas

- A) 1, 2 e 5
- B) 2, 3 e 4
- C) 3, 4 e 5
- D) 1, 4 e 5
- E) 2, 4 e 5

RASCUNHO

QUESTÃO 40

Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal presta apoio ao órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional, apoio que consiste em fornecimento:

- A) de subsídios do resultado das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- B) de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- C) das ações e dos resultados do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- D) de técnicas de ações do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- E) das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

RASCUNHO

RASCUNHO